

CAMINHOS PARA A LIBERDADE: AS CARTAS DE ALFORRIAS DE MULHERES ESCRAVIZADAS (PELOTAS, RIO GRANDE DO SUL, 1850-1888)

MARINA RIBEIRO CARDOSO¹; JONAS MOREIRA VARGAS²

¹*Universidade Federal de Pelotas – marina.cardosoufpel@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – jonasmvargas@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

A Carta de Alforria ou manumissão, era o meio principal pelo qual os escravizados obtinham a liberdade no período da escravidão. Elas poderiam ser testamentárias, batismais ou cartoriais – sobre as quais esta pesquisa se dedica. Eram elaboradas e assinadas por seu proprietário ou por uma outra pessoa caso este não pudesse fazê-lo, por exemplo, por ser iletrado. Elas deixam-nos algumas informações acerca daquele que o recebe, como nome, idade, cor, origem, nação, ofício, etc., junto a uma breve descrição dos caminhos que percorreram pela liberdade. Foi pago algum valor pela Carta de Alforria? Foram estipuladas condições? Ou foi conquistada gratuitamente? Por fim, era necessário que houvesse testemunhas, comumente homens, para a comprovação do recebimento da alforria que seria registrada, em seguida, em um dos cartórios da cidade. Apesar de sabermos a preciosidade desta fonte para a História Social da Escravidão, ela só passa a ser contemplada pela historiografia apartir da década de 1970, onde são realizadas as primeiras pesquisas mais aprofundadas sobre esse documento (MATTOSO, 2016; SCHWARTZ, 2001). É nesse momento em que, também, outros agentes passam a protagonizar na história, como as mulheres, trabalhadores, etc. Tendo isso em vista, a presente pesquisa objetiva evidenciar, sobretudo, as mulheres escravizadas como agentes e protagonistas na luta pela conquista da liberdade – individual e coletiva – na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, entre 1850 e 1888. Serão analisadas suas movimentações e estratégias, além da sua participação na trajetória de outras pessoas.

O período contemplado neste trabalho é marcado pela promulgação das leis que ficaram conhecidas por seu cunho “emancipacionista” e pela forte pressão do movimento abolicionista no Império. Além disso, o contexto é marcado, na região, pela intensa exportação de charque tanto para o interior, quanto para o exterior do Brasil, que provocou o alto índice de africanos e descendentes de africanos vivendo no território pelotense (VARGAS, 2016). As cartas revelam, portanto, os fragmentos das histórias destas pessoas e os processos que percorriam por sua conquista, que ia além de uma liberdade representada por este documento manuscrito, mas, principalmente, a autonomia que almejavam para suas vidas (CHALHOUB, 1990). Entre *agências* (JOHNSON, 2003) e *resistências* (MOREIRA, 2006) que empenhavam sutilmente, buscavam conquistar a liberdade apropriando-se dos conhecimentos e articulações que estavam a seu alcance. Isto posto, esta pesquisa considera, durante as discussões, as *interseccionalidades* (CRENSHAW, s/a) que atravessavam suas possibilidades.

2. METODOLOGIA

Como mencionado anteriormente, a principal fonte de análise desta pesquisa são as Cartas de Alforrias de mulheres escravizadas. Atualmente, a documentação encontra-se salvaguardada pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, localizado na cidade de Porto Alegre/RS. O mesmo organizou e disponibilizou, de forma *online* para a pesquisa, um catálogo em *pdf* com um resumo de cada uma das cartas acondicionadas no acervo. Através deste, foi possível organizar uma tabela em *Excel* com as principais informações contidas nas alforrias, o que possibilita e facilita a análise quantitativa que esta pesquisa se propõe a desenvolver. Para a realização destas análises, inclusive, são levados dois trabalhos em consideração: o de Katia Mattoso (2016), precursora nas investigações aprofundadas utilizando Cartas de Alforrias para refletir sobre a conquista da liberdade – para a região da Bahia – e Natália Pinto (2018) – para Pelotas – que igualmente o faz. Em sua tese de doutorado a última autora citada explora pontos como as tipologias destas documentações, as origens dos alforriados e suas nações, os ofícios que desempenhavam e etc. No entanto, não realiza o recorte de gênero, realizando tal investigação de forma “total”.

Para além da análise quantitativa das cartas, como propõe Ginzburg e Poni (1989), o cruzamento entre distintas tipologias documentais, tomando como base o nome de um ou mais indivíduos, como os registros de batismos, de óbitos, inventários post-mortem, testamentos, entre outros, possibilita que seja possível a reconstrução de fragmentos de trajetória. Tendo isso em vista, serão utilizadas outras tipologias de fontes para análises qualitativas, as quais buscam compreender as suas experiências dentro e fora da escravidão. É importante que, diante disso, saibamos que, como pontua Keith Jenkins (2001), não obteremos informações totais sobre as vidas destas pessoas, uma vez que o historiador tem acesso apenas a fragmentos sobre o passado, sendo impossível reconstruí-lo em sua totalidade. Portanto, compreendemos que as informações que obteremos sobre a trajetória de vida destas mulheres são apenas fragmentos dessas histórias.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tabela organizada em Excel para a realização das análises revelou, já de início, que contávamos com 4.079 Cartas de Alforrias registradas em Pelotas entre 1850 e 1888. O primeiro passo foi identificar quantas delas pertenciam a homens e quantas a mulheres. Diante disso, elaboramos um gráfico que demonstra a distinção, ou melhor dizendo, um equilíbrio, de apenas 5% entre os gêneros, em que 2.143 (52,5) cartas eram de escravizados e 1.936 (47,4) de escravizadas. Como a historiografia vem discutindo, as mulheres comumente representavam a maior parte das alforrias conquistadas no Império e isso é verificado para regiões como a Bahia (MATTOSO, 2016) e no Rio Grande do Sul para Canguçu (BALHEGO, 2020), Rio Grande (SCHERER, 2008), Alegrete (MATHEUS, 2012) e Rio Pardo (PERUSSATTO, 2010). No entanto, diferentemente destas regiões, onde os pesquisadores identificaram distinções mais expressivas entre os gêneros, para Pelotas obtemos um equilíbrio que coloca, ainda, os homens em maior número. Para fins de compreender esta questão, cruzamos os dados obtidos através do gráfico com a estatística populacional da cidade. Na primeira metade do século XIX identificamos,

igualmente, um número maior de homens escravizados em Pelotas, em relação às mulheres. Eles representavam 3.930, enquanto elas, 1.693 – ou seja, uma diferença de 2.237 homens em relação às mulheres. Já na segunda metade do século XIX, eles eram 5.104 e elas 3.037 da população escravizada da cidade – uma diferença de 2.067 (CARDOSO, 2022). Diante disso, conclui-se que, mesmo que houvesse um equilíbrio entre as Cartas de Alforrias registradas em Pelotas, a fonte deixa evidente o que a historiografia discute sobre o sucesso das mulheres na conquista da liberdade no Império, uma vez que há um número expressivo de homens e, mesmo assim, há um equilíbrio entre os gêneros.

Além disso, quando investigamos a fonte por década, identificamos que a obtenção da alforria pelas escravizadas se deu de forma progressiva nas últimas décadas da escravidão. Entre 1850 e 1859 averiguamos 205 (10,5%) manumissões, entre 1860 e 1869 248 (12,8), entre 1870 e 1879 504 (26%), e entre 1880 e 1888 949 (50,5%) cartas. O que deixa evidente, também, a influência do movimento abolicionista (ALONSO, 2014) que se intensificou na década de 1880 no Império e incentivava a classe senhorial a alforriar seus escravizados – que o faziam de forma condicional. Isso fica mais claro quando analisamos as alforrias por década pela ótica das tipologias. Entre 1850 e 1888, 685 (35,3%) das manumissões foram conquistadas por meio de condições, 622 (32,1%) foram gratuitas, 601 (31%) pagas e apenas 28 (1,4) pagas condicionais. É importante pontuar, sobre isso que, apesar de haver, também, um equilíbrio entre as tipologias das cartas de alforrias destas mulheres em que as condicionais estão em maior número, o único momento em que isso ocorre é na década de 1880. Anteriormente a isso, as pagas e gratuitas estavam em predominância entre essas mulheres – o que também mostra o sucesso dos seus desempenhos para obtê-las já que, por exemplo, das alforrias pagas, a maior parte delas, o pagamento foi efetuado pela própria escravizada.

4. CONCLUSÕES

Apesar desta pesquisa estar, ainda, em desenvolvimento e alguns aspectos da fonte ainda estejam sendo analisados, nesta breve apresentação buscou-se evidenciar que, assim como em outras regiões do Império, em Pelotas, as mulheres também tinham sucesso na conquista da alforria, levando em consideração questões de gênero. Como também, que isso se deu de forma progressiva, de modo que, em nenhum momento, nas últimas décadas da escravidão, houve uma queda no número de cartas obtidas por elas. Além disso, que os caminhos que percorriam pela liberdade eram, sim, atravessados pelos contextos em que estavam inseridas, como foi possível identificar quando cruzamos o período dos registros das manumissões com as suas tipologias. Mas não só isso, eram, também, por suas particularidades e pelas realidades que viviam, as quais poderiam possibilitar formas distintas de agências que não eram homogêneas. Isso porque, apesar de serem atravessadas pela interseccionalidade de gênero, raça e condição jurídica, cada mulher agia a partir de suas possibilidades por este sutil ato de resistência que era a conquista da liberdade em um mundo escravista.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. *Novos estudos*, n. 100, p. 115-137, novembro de 2014.

BALHEGO, Alisson Barcellos. **Para o bem e fielmente, sem dolo, nem malícia: ações de liberdade em Canguçu (1868-1887).** 2020. 193 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

CARDOSO, Marina Ribeiro. **O que revelam as Cartas de Alforrias de mulheres escravizadas? Uma análise dos ofícios constados nas manumissões** (Pelotas, Rio Grande do Sul, 1871-1888). 2022. 50 f. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero.** Cruzando raça e gênero, p. 7-16. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2295749&forceview=1>.

JOHNSON, Walter. **On agency.** History and American Studies, n. 53, p. 113-124, 2003.

MATHEUS, Marcelo Santos. **Fronteiras da liberdade:** escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império brasileiro (província do Rio Grande de São Pedro, Alegrete, 1829-1888). 2012. 239 f. Dissertação (Mestrado em História) – Unidade acadêmica de pesquisa e pós-graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil:** séculos XVI-XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Justiçando o cativeiro: a cultura de resistência escrava. In: **Império.** Méritos, v. 2, p. 215-230, 2006.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Como se de ventre livre nascesse:** experiências de cativeiro, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS, c.1860 – c.1888. 2010. 305 f. Dissertação (Mestrado em História) – Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

PINTO, Natália Garcia. **Gerações de senzalas, gerações de liberdade:** experiências de liberdade em Pelotas/RS, 1850/1888. 2018. 253 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SCHERER, Jovani de Souza. **Experiências de busca pela liberdade:** alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX. 2008. 194 f. Dissertação (Mestrado em História) - Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, Roceiros e Rebeldes.** Bauru: EDUSC, 2001.